

AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO APONTADAS PELA REALIDADE DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ EM UM CENÁRIO DE CONTINUIDADE E RUPTURAS

THE POSSIBILITIES OF INCLUSION POINTED OUT BY THE REALITY OF THE STUDENTS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ IN A SCENARIO OF CONTINUITY AND RUPTURES

Sandra Terezinha Urbanetz¹

Amarildo Pinheiro Guimarães²

Resumo: Esse artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa baseada no levantamento institucional em dois segmentos: unidades consolidadas e unidades não consolidadas a fim de subsidiar a discussão sobre os processos inclusivos oriundos da proposição de implantação dos Institutos Federais. A partir dos critérios de seleção de ingresso, observa-se um movimento por parte do IFPR em constituir-se como instituição de ensino preocupada com a transformação social por meio da educação. Ao se analisar os dados organizados nas tabelas, observa-se que, em nove dos doze *campi* consolidados, cerca de 80% dos estudantes matriculados em 2016 possuem renda familiar *per capita* inferior a 1,5 SM demonstrando que o IFPR tem cumprido seu papel enquanto instituição que busca a inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão Social; Educação Profissional; Rede Federal; IFPR.

Abstract: This article aims to present the results of the institutional survey in two segments: Consolidated units and unconsolidated units in order to subsidize the discussion on the inclusion processes resulting from the proposal of the Federal Institutes. Based on the selection criteria of admission, there is a movement on the part of the IFPR to establish itself as an educational institution concerned with social transformation through education. When analyzing the data organized in the tables, it is observed that, in nine of the twelve consolidated campus, about 80% of students enrolled in 2016 had a per capita family income of less than 1,5 SM Demonstrating that the IFPR has fulfilled its role as an institution that seeks social inclusion.

Keywords: Social Inclusion; Professional education; Federal Network

¹ Doutora em Educação, IFPR, sandra.urbanetz@ifpr.edu.br

² Doutor em Letras, IFPR, amarildo.magalhaes@ifpr.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional nascida a partir da visão assistencialista e moralista, coerente com uma concepção burguesa de sociedade onde o trabalho é visto como um mal necessário apenas àqueles desfavorecidos, indica que o ensino profissional no Brasil permanece sob a égide da indefinição. Inicialmente suas proposições baseavam-se na tentativa de equalizar e atender a camada mais empobrecida da população que vai habitar as cidades, e até hoje permanecem as discussões a cerca de sua estrutura curricular e pedagógica.

Outro aspecto que aparece como problemático diz respeito a formação exigida aos professores desta modalidade de ensino visto que a simples proposição de atitudes imitativas e conseqüentemente repetitivas, coerentes com o modelo fordista de produção não se apresenta como suficiente diante das modificações tecnológicas e científicas presentes na sociedade. O acompanhamento do histórico da formação profissional em nosso país continua em um debate intenso, haja vista as novas medidas de mudança para o ensino médio propostas em forma de Lei.

Em nosso país a implementação de projetos ligados à educação, com políticas e proposições estratégicas apresentam-se, quase sempre, de forma contraditória, em tempos e/ou espaços, ora com avanços, ora com retrocessos. Isso é compreensível quando analisamos a proposição de um projeto de Rede Federal que em suas normativas pretende estar presente em dez por cento dos municípios brasileiros, mas sofre com a implementação de medidas econômicas, como por exemplo, o congelamento do investimento no setor educacional por dez anos.

A proposta de implantação dos Institutos Federais não foge à regra. Ao ampliar a oferta de escolas federais em todo o território nacional, a política pública avançou de forma significativa para atender à demanda por formação técnica há muito tempo identificada. Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 38 Institutos Federais

presentes em todos os estados, dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades e o Colégio Pedro II que oferecem cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores, tanto de graduação quanto de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Uma das principais funções dos Institutos Federais é a oferta de educação profissional da melhor qualidade a toda a população, especialmente àquelas camadas historicamente excluídas dos processos educativos consistentes e ampliados que garantam o acesso ao conhecimento científico, historicamente produzido. Com isso busca-se quebrar a tradição de que a educação profissional oferecida aos menos favorecidos é sempre uma formação aligeirada, empobrecida.

A partir dessas reflexões esse texto analisa a inclusão dos estudantes apresentando os dados socioeconômicos dos estudantes do Instituto Federal do Paraná – IFPR, situando brevemente o histórico dos Institutos desde sua criação, e o histórico do IFPR, compreendendo esse processo de forma contraditória.

2 OS INSTITUTOS FEDERAIS: BREVE HISTÓRICO

Em 1909, com o Decreto nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha marca o início da regulamentação da rede federal de educação profissional com a instalação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices. Segundo Manfredi (2002) esse é o ponto inicial da organização da educação profissional pois a partir dessas, surgiram os Liceus Industriais, posteriormente as Escolas Técnicas, e mais tarde os Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs.

É no final da década de 1930 que as Escolas de Aprendizes Artífices vão dar lugar aos Liceus Industriais. Cabe destacar que essa transformação não provocou a alteração no objetivo principal dessas instituições que sempre foi o atendimento à população mais carente, com vistas ao acesso aos empregos.

Em 1942, são constituídas as Escolas Industriais e Técnicas, que substituem os Liceus, e que, com as mudanças propostas nas Leis educacionais, efetivadas em função das mudanças no desenvolvimento econômico do país, formula-se o objetivo de oferecer a formação profissional

em nível equivalente ao do secundário e em 1959, essas Escolas Industriais e Técnicas são alçadas à categoria de autarquias recebendo a denominação de Escolas Técnicas Federais.

As tres primeiras a serem transformadas em Centros Federais, CEFETs, são as escolas do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, isso no ano de 1978, em função do crescimento e evolução de cada uma. Posteriormente outras Escolas são transformadas em CEFETs e o CEFET Paraná é transformado em Universidade Tecnológica configurando então, até 2008 a rede federal de educação tecnológica da seguinte maneira: 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 36 Escolas Agrotécnicas e 32 Escolas Vinculadas.

A partir do final de 2008, com a Lei nº 11.892/08 sendo sancionada, criam-se 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET, depois mais conhecidos como IFES) instituindo-se oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e composta pelas seguintes instituições:

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,
- Centros Federais de Educação Tecnológica,
- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais,
- Colégio Pedro II.

Assim os Institutos Federais são constituídos com uma estrutura marcada pela contradição: de um lado a continuidade das propostas de rearranjos governamentais pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais, e de outro com a proposição de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promovendo a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior.

A proposta da Lei é que os Institutos Federais devem constituir-se

enquanto um centro de excelência, ofertando ensino de ciências em geral, e de ciências aplicadas em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes (Lei 11.892/08, art. 6º).

Outros destaques também aparecem na Lei de criação dos Institutos: o estímulo à produção cultural, à pesquisa aplicada, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

A preocupação com os arranjos produtivos locais, tanto sociais quanto culturais deve nortear a oferta de formação que deverá ser proposta a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal (Ibid.).

Segundo informações constantes no site do MEC (MEC, 2018), de 1909 a 2002, o Brasil contava com 140 escolas formando a Rede Federal de Educação Profissional, de 2003 a 2010 esse número passou para 356, de 2011 a 2014 passamos a ter 578 e de 2015 a 2016 chegamos a 644 unidades, atendendo um total de 568 municípios em todo o país.

Ainda segundo o MEC

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção de 100 anos, cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos. (MEC, 2019)

Percebe-se que os Institutos Federais consolidaram-se como a expressão maior da política governamental adotada para a educação profissional e desde sua implantação, vários estudos tem sido realizados, acompanhando esse desenvolvimento. No site de Periódicos da CAPES, ao

fazermos a busca com a expressão "Educação Profissional" encontram-se 235 referências desde 2009, demonstrando a amplitude de pesquisa sobre o tema.

Os estudos tem mostrado que os Institutos Federais tem produzido mudanças (Otranto, 2010) mas também tem apresentado problemas (Ferretti, 2011) indicando as contradições da realidade.

Conforme Ferretti "Na perspectiva hoje concretizada, a educação profissional e tecnológica constitui-se no itinerário formativo verticalizado que tem seu horizonte ampliado para o pós-doutorado." (Ferretti, 2011, p. 791) o que aponta para a positividade de uma proposta que não entende mais a formação profissional de nível médio técnico como a única possibilidade a ser ofertada para a população.

Porém o mesmo autor alerta que

... a escola não é mera executora do que dela pretendem os formuladores de política. Entende-se que, como coletivo, ou pela ação de professores ou grupos de professores, podem ser realizadas escolhas, mesmo limitadas, entre alternativas de formação. Tais escolhas, no nosso entender, dependem das apropriações que a escola realiza das políticas propostas e das objetivações delas resultantes, as quais tomam a forma de práticas gestionárias e pedagógicas.(Ferretti, 2011, p. 791)

Com essa afirmação Ferreti aponta as contradições presentes nesse espaço educativo, evidenciando que a contradição está presente não só no âmbito da política mais ampla, mas também no micro cosmo do espaço escolar.

Ainda nessa perspectiva contraditória, Neves (2005) afirma que os IFES seriam o exemplo do pacto que consolidaria a construção de uma pedagogia da hegemonia para a participação adequada aos interesses do grande capital. Por outro lado a SETEC/MEC afirma ser esse modelo, a oportunidade de melhoria e transformação da oferta de educação profissional no Brasil.

Sabe-se no entanto que no Brasil, as perspectivas de avanço das propostas de oferta de educação de qualidade para as classes trabalhadoras sempre esbarram nas políticas conservadoras do status quo. Assim sendo há que se lembrar que essa análise precisa considerar os espaços contraditórios existentes em nossa sociedade, percebendo que no momento atual vive-se um

processo de franco retrocesso tanto dos direitos quanto das possibilidades educativas.

3 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

No Paraná, por meio da Lei 11.892/2008, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná passa - a partir de fevereiro de 2009 – a funcionar como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, tendo como visão ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

Inspirado na Lei de criação dos Institutos, o IFPR descreve assim os seus valores:

- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais.
- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade socioambiental.

Assim sendo, desde sua criação, o IFPR tem a clareza de que a a produção histórica dos homens só poderá ser coletiva, pois não existe projeto humano isolado. (FREIRE, 2003) Compreende-se que a formação humana se dá por meio das ações integradas dos indivíduos, na qual a dialogicidade no trabalho coletivo possibilita avanços qualitativos para a mediação entre os indivíduos e o conhecimento.

Dentro de uma perspectiva inclusiva, considera-se que o conceito de homem como sujeito histórico não pode prescindir do nexos com a educação, sendo que a educação é o recurso que as sociedades dispõem para que a produção cultural da humanidade não se perca, passando de geração em geração. Desse modo, a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação do seu caráter histórico. (Paro, 2001, p.11).

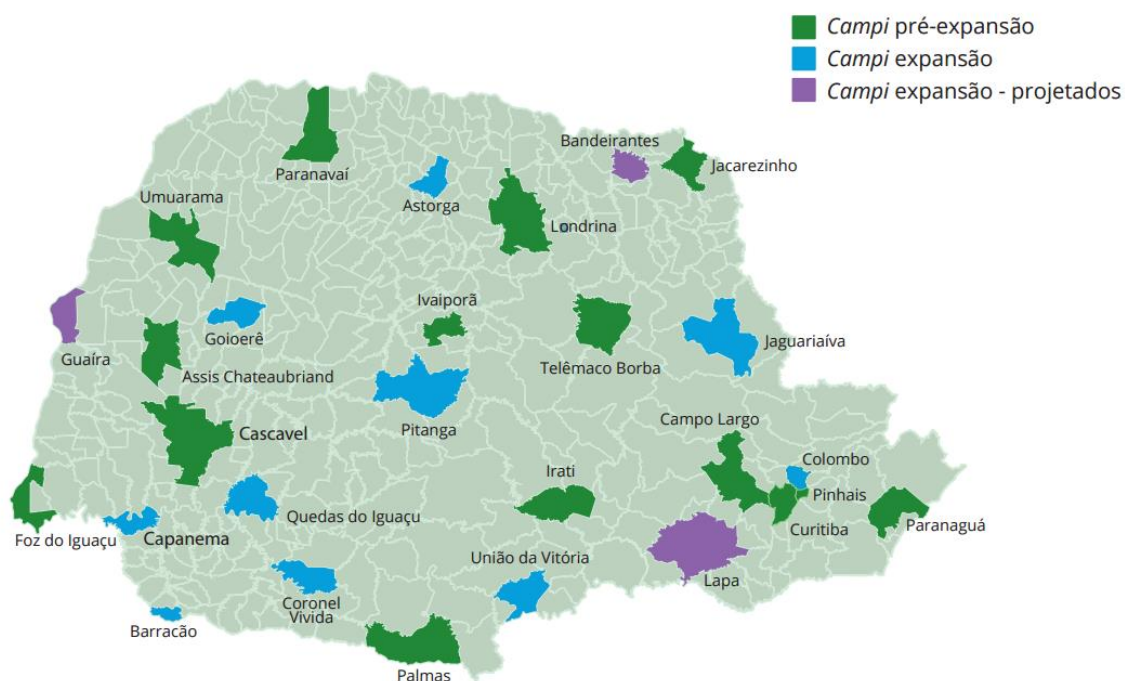
Ainda que, nos limites de uma sociedade organizada no sistema capitalista, sob a atual lógica neoliberal, as propostas efetivadas no IFPR consideram as implicações da concepção de homem e educação que se

discute e defende; sociedade esta onde coexistem o crescente aperfeiçoamento científico-tecnológico e a miséria social que leva a degradação inúmeros seres humanos, privados dos seus direitos elementares, inclusive uma educação de qualidade.

A busca pela institucionalização dessa qualidade tem sido constante, para isso a normatização interna tem sido aperfeiçoada buscando atender a demanda da população paranaense que durante muito tempo teve pouco acesso a ofertas públicas de educação profissional.

Como reflexo da política governamental de interiorização da rede federal de educação profissional, a partir da sua criação o IFPR foi expandindo suas unidades pelo território paranaense, alcança, no momento atual, vinte e cinco municípios, conforme ilustra o mapa a seguir (figura 1) e atende, atualmente 14.560 estudantes em cursos presenciais e 8.479 em cursos na modalidade a distância, conforme dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec (IFPR, 2017).

Figura 1 – Distribuição geográfica das unidades do IFPR



Fonte: IFPR

O processo de expansão e consolidação dos *campi* do IFPR foi também assinalado pela opção institucional por processos seletivos em que se disponibilizaram cotas de inclusão. Em 2010, 50% das vagas eram reservadas para as cotas. No processo seletivo para ingresso no ano letivo de 2012, foram reservados 70% para essas cotas, assim distribuídas: 20% para inclusão racial (candidatos pretos ou pardos), 40% para inclusão social (estudantes cuja escolaridade tivesse se dado exclusivamente em escolas públicas), 5% para pessoas com deficiência e 5% para indígenas (IFPR, 2014a), percentual que foi mantido até 2015. Naquele ano (IFPR, 2014b), o percentual de vagas de inclusão foi de 80%, assim distribuídas: 60% para estudantes cuja escolaridade anterior tenha se dado exclusivamente em estabelecimentos da rede pública (metade desse percentual foi destinado a candidatos com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos), 10% para candidatos pretos ou pardos, 5% para candidatos indígenas e 5% para pessoas com deficiência. Tal distribuição foi mantida nas seleções para ingresso em 2016 (IFPR, 2015) e 2017 (IFPR 2016).

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELO IFPR

Com a finalidade de verificar como essas opções político-pedagógicas institucionais refletem-se no perfil socioeconômico dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio, apresentamos a seguir dados obtidos junto à Pró-reitoria de Ensino do IFPR e que resultam de um levantamento do órgão apresentados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), como parte do cumprimento do Acórdão 2.667/2005³ do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo relatado pela instituição os dados foram coletados pelas seções pedagógicas e de assuntos estudantis, preferencialmente pelos/as assistentes sociais, em junho

³ o Acórdão nº 2.267/2005 — Plenário/TCU, que determina que a SETEC inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes), com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas Instituições. (Informação contida no Ofício Circular 1/2017/CGPG/DDR/SETEC/ SETEC-MEC, enviado aos dirigentes das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica em 16 de maio de 2017).

de 2017, em cada *campus*, a partir de uma amostra de 20% dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio, excluídos os ingressantes em 2017. O levantamento restringiu-se a uma única informação, a faixa de sua renda familiar *per capita* em salários mínimos (SM), conforme parâmetros definidos pela SETEC/MEC: menor que 0,5 SM; maior que 0,5 SM e menor que 1 SM; maior que 1 e menor que 1,5 SM; maior que 1,5 e menor que 2,5 SM; maior que 2,5 e menor que 3 SM; maior que 3 SM.

As tabelas a seguir mostram os resultados do levantamento institucional em dois segmentos, conforme definido pela SETEC/MEC: unidades consolidadas (em funcionamento há mais de cinco anos) e unidades não consolidadas (com menos de cinco anos de existência):

Tabela 1 – Perfil de renda familiar dos estudantes nas unidades consolidadas do IFPR em 2016

UNIDADE	IDH (2010)	RENDA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> DOS ESTUDANTES					
		MENOR QUE 0,5 SM	MAIOR QUE 0,5 E MENOR QUE 1 SM	MAIOR QUE 1 E MENOR QUE 1,5 SM	MAIOR QUE 1,5 E MENOR QUE 2,5 SM	MAIOR QUE 2,5 E MENOR QUE 3 SM	MAIOR QUE 3 SM
Curitiba	0,823	11,26%	42,57%	20,49%	19,77%	3,90%	2,02%
Paranaguá	0,750	21,31%	37,70%	18,03%	16,39%	4,10%	2,46%
Foz do Iguaçu	0,751	38,89%	33,02%	8,64%	14,20%	1,54%	3,70%
Umuarama	0,761	17,33%	55,96%	21,66%	4,33%	0,36%	0,36%
Jacarezinho	0,743	0,00%	11,70%	23,40%	7,45%	38,30%	19,15%
Telêmaco Borda	0,734	24,58%	40,68%	21,19%	10,17%	0,85%	2,54%
Ivaiporã	0,730	30,63%	40,54%	14,41%	9,01%	0,00%	5,41%
Londrina	0,778	53,70%	18,52%	16,67%	3,70%	3,70%	3,70%
Irati	0,726	22,22%	33,33%	17,78%	15,56%	6,67%	4,44%
Assis Chateaubriand	0,729	18,29%	49,14%	21,14%	10,29%	0,00%	1,14%
Palmas	0,660	0,00%	69,55%	10,03%	12,80%	2,77%	4,84%
Paranavaí	0,763	0,00%	11,36%	22,73%	6,82%	39,77%	19,32%

FONTE: IFPR e IPARDES (2016)

Tabela 2 – Perfil de renda familiar dos estudantes nas unidades não consolidadas do IFPR em 2016

UNIDADE	IDH-M	RENDA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> DOS ESTUDANTES
---------	-------	---

	(2010)	MENOR QUE 0,5 SM	MAIOR QUE 0,5 E MENOR QUE 1 SM	MAIOR QUE 1 E MENOR QUE 1,5 SM	MAIOR QUE 1,5 E MENOR QUE 2,5 SM	MAIOR QUE 2,5 E MENOR QUE 3 SM	MAIOR QUE 3 SM
Cascavel	0,782	14,63%	31,71%	31,71%	14,63%	0,00%	7,32%
Campo Largo	0,745	7,93%	43,29%	22,56%	17,07%	2,44%	6,71%
Jaguariaíva	0,743	15,38%	61,54%	23,08%	0,00%	0,00%	0,00%
Pitanga	0,702	29,23%	49,23%	13,85%	7,69%	0,00%	0,00%
Pinhais	0,751	9,68%	22,58%	29,03%	22,58%	9,68%	6,45%
União da Vitória	0,740	20,00%	40,00%	0,00%	20,00%	10,00%	10,00%
Capanema	0,706	6,67%	33,33%	46,67%	13,33%	0,00%	0,00%
Colombo	0,733	20,00%	20,00%	35,00%	15,00%	5,00%	5,00%
Astroga	0,747	19,23%	19,23%	30,77%	15,38%	7,69%	7,69%
Barracão	0,706	33,33%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Coronel Vivida	0,723	0,00%	76,19%	9,52%	9,52%	4,76%	0,00%
Quedas do Iguaçu	0,681	33,33%	44,44%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%
Goioerê	0,731	8,11%	28,38%	44,59%	5,41%	8,11%	5,41%

FONTE: IFPR e IPARDES (2016)

A partir dos critérios de seleção de ingresso, que dá preferência, majoritariamente, estudantes oriundos de instituições públicas de educação básica e com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio (1,5 SM), observa-se um movimento por parte do IFPR em constitui-se como instituição de ensino preocupada com a oferta de oportunidades de acesso à educação. Na medida em estabelece a opção pelo público já caracterizado o IFPR quer demonstrar que as práticas pedagógicas desenvolvidas em suas unidades deverão instrumentalizar os estudantes para a superação de possíveis situações de marginalização, exclusão ou privação que marquem as suas condições materiais de existência.

Isso significa fazer a opção por uma formação sólida e consistente que garanta ao estudante uma formação ampliada, dentro de uma perspectiva politécnica e humanista, ainda que dentro dos limites impostos por uma sociedade capitalista que traz em sua gênese a exclusão.

Nesse contexto, ao se analisar os dados organizados nas tabelas, observa-se que, em nove dos doze *campi* consolidados, cerca de 80% dos

estudantes matriculados em 2016 possuíam renda familiar *per capita* inferior a 1,5 SM. Quando se considera a renda familiar inferior a 1 SM, nos mesmos nove constata-se que mais de 50% dos estudantes situam-se nessa faixa de renda, sendo que em seis deles, essa situação envolve cerca de 70% dos estudantes. Os dados revelam também que Londrina é o *campus* com maior número de estudantes com renda por pessoa da família inferior 0,5 SM, público ausente na amostra dos *campi* Jacarezinho, Palmas e Paranaíba. Saliente-se que Jacarezinho e Paranaíba apresentaram o maior número de estudantes com renda familiar *per capita* superior a 20%. O menor percentual nesse quesito foi apresentado pelo *Campus* Umuarama. Apesar de algumas discrepâncias, os dados demonstram que o atendimento a estudantes com renda familiar inferior a 1,5 SM *per capita* extrapola os critérios de ingresso, visto que a reserva de vagas para candidatos enquadrados nessa faixa de renda tem sido, desde 2015, de 30%.

Entre os *campi* consolidados, não se percebe relação explícita entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a renda dos estudantes, visto que tanto no campus situado no município com menor IDH-M, Palmas, quanto no segundo e terceiro municípios maiores entre os municípios do interior, Umuarama e Foz do Iguaçu, o índice de estudantes com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo era bastante semelhante: 69,55%, 73,29% e 71,91 respectivamente. Exceção deve ser feita a Paranaíba, maior IDH-M entre os *campi* consolidados do interior e com menor percentual de estudantes com renda familiar *per capita* inferior a 1 SM: 11,36%. Tal valor, apresentou-se inclusive bastante diferente dos índices do *campus* da capital, cujo percentual de estudantes nessa faixa de renda familiar foi de 53,83%.

Ainda quanto ao IDH-M, percebe-se que os *campi* consolidados, com exceção de Palmas, cujo índice (0,660) o situa como médio, os demais municípios situam-se como IDH-M alto e muito alto, no caso de Curitiba.

Em se tratando dos *campi* não consolidados, isto é, aqueles que foram implantados há menos de cinco anos, constata-se que nas treze unidades, a presença de estudantes cuja renda familiar é igual ou inferior a 1,5 SM

ultrapassava 70% do corpo discente em 2016. Saliente-se que em Jaguariaíva a totalidade desse público tem sua renda familiar por pessoa limitada a esse montante. Quando se consideram as famílias com renda *per capita* inferior a 1 SM, os dados demonstram ser essa a realidade de da maioria dos estudantes em sete unidades em consolidação do IFPR. Destaca-se a condição de Barracão cuja totalidade dos estudantes situam-se nessa faixa de renda. Na mesma dinâmica, os *campi* Coronel Vivida, Jaguariaíva, Coronel Vivida, Quedas do Iguaçu e Pitanga apresentavam mais de 70% dos estudantes com esse nível familiar individual de rendimentos. No contraponto, o maior índice de estudantes com renda familiar superior a 2,5 SM *per capita* encontram-se em Pinhais, Astorga e Goioerê.

Ao se considerar o IDH-M, observa-se a presença maior de estudantes com renda familiar *per capita* inferior a 1 SM nos municípios em que esse índice é menor. No caso de Quedas do Iguaçu, menor IDH-M entre as sedes dos *campi* não consolidados, 77% dos discentes apresentam renda familiar *per capita* inferior ao salário mínimo nacional. Por outro lado, no município com maior IDH-M, Cascavel, atende 46,34% de estudantes com renda familiar *per capita* inferior a 1 SM.

Essa incursão nos dados acima, permitem perceber a heterogeneidade socioeconômica dos sujeitos atendidos pelos cursos técnicos presenciais de nível médio nas diversas unidades do IFPR. Conclui-se, contudo, que predomina o público com menor renda familiar *per capita*, que caracteriza estudantes com maior vulnerabilidade social. Esse cenário atesta a perspectiva inclusiva que assinala os processos de ingressos da instituição.

Ao assumir a preferência por esse público, a instituição deveria ser o instrumento auxiliar de transformação das realidades excludentes de que são parte com a clareza de responsabilização que essa caracterização traz. Ao jovem oriundo de uma família carente cabe um trabalho de formação muito mais intenso e cuidadoso.

Isso por que se faz necessária a conscientização dos processos necessários a escola com vistas a não perpetuação do que Kuenzer (2007) denomina como inclusão excludente. Esse processo enquanto processo social

mais amplo apresenta a perversidade inerente ao sistema capitalista e demanda às instituições educativas que objetivam uma modificação dessa sociedade uma maior atuação no sentido de proporcionar aos estudantes os elementos fundamentais da ciência e da tecnologia, bem como da cultura e da sociedade garantindo o acesso aos fundamentos das diferentes ciências inerentes aos processos técnicos bem como aos elementos de compreensão da forma como a sociedade se organiza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Federais foram criados sob uma perspectiva inclusiva e o IFPR não é diferente, dentro de um processo contraditório, comum à história brasileira. A proposta dos Institutos Federais desde o início pautou-se pela construção de uma ampla rede federal de instituições de educação profissional e tecnológica articulada com a educação básica. Com isso se busca o desenvolvimento e o fortalecimento dos processos formativos e também econômicos que, cada vez mais, exigem não só a mão de obra qualificada, mas um indivíduo que se torne sujeito, autor e ator de sua própria história, ainda que dentro dos limites impostos por uma sociedade cada vez mais excludente.

Uma das perspectivas mais interessantes dos Institutos é a oferta dos cursos de formação profissional de forma verticalizada, desde os cursos chamados FIC (Curso de formação inicial continuada, que apesar de ser as vezes apenas uma formação superficial, também se mostrado como uma possibilidade de inserção ao trabalho) até os cursos de graduação e pós-graduação (o IFPR já oferece três mestrados) com ênfase na garantia de cinquenta por cento de suas vagas para os cursos técnicos de nível médio tanto integrados quanto subsequentes.

Desses, o IFPR, assim como outros Institutos, assumiu como prioridade os cursos técnicos integrados, por se acreditar que essa é a oportunidade de oferecer uma formação sólida e consistente, concretizando assim a função social para a qual os Institutos foram criados. A defesa do ensino técnico integrado passa pela perspectiva de oferecimento de uma

formação politécnica e humanista, dentro da perspectiva que Araujo e Frigotto (2015) e outros autores apontam como sendo uma possibilidade dentro dessa sociedade.

Outra perspectiva relevante dos Institutos Federais é o estímulo ao progresso sociocultural nas localidades onde se insere, pois, as proposições de integração entre ensino, pesquisa e extensão de qualidade e excelência, estão voltadas ao desenvolvimento dos “arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. Para isso, os Institutos desenvolvem suas atividades de forma assegurada no elevado nível de qualificação de seu corpo docente e técnico-administrativo, e também na abertura às demandas e à participação das comunidades.

Com isso, ainda que com inúmeras dificuldades como a falta de infraestrutura física adequada e, até mesmo, em instalações inapropriadas em alguns dos seus *Campi*, o IFPR tem cumprido com sua proposição de inclusão social, ainda que dentro dos limites impostos pelas dificuldades apontadas, tanto internas, quanto externas à instituição.

Essas dificuldades perpassam as questões já conhecidas pelos educadores brasileiros, quais sejam: a falta de infraestrutura adequada em vários *Campi*; a inexistência de uma política de formação de professores que discuta os processos pedagógicos e educativos no âmbito da educação profissional; a falta de formação de outros servidores para a compreensão do papel educativo que cada profissional tem dentro de uma instituição escolar; o conflito entre as disciplinas de formação geral e as de formação específica, entre outros.

No entanto, cabe destacar que mesmo com as adversidades os Institutos de forma geral têm conseguido avançar em várias questões, por exemplo, com a atuação dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNES, que tem realizado um trabalho junto aos estudantes.

Cabe então ressaltar a assertiva da proposta do Instituto Federal que demonstra sua amplitude de atuação junto à população estando presente em 50% do território paranaense. Mesmo diante da precariedade a que estão

sujeitos os Institutos, com falta de laboratórios, salas de aula, bibliotecas, e outros equipamentos, a presença em todas as regiões, nas cidades médias e pequenas do interior, evidencia-se que essa pode ser uma rede pública de qualidade e de massas, baseada em uma institucionalidade nova, aberta e democrática, ocupando inclusive um espaço de resistência frente ao desmonte da educação pública que estamos vivenciando.

No decorrer do trabalho desenvolvido no IFPR, verifica-se essa inclusão em vários momentos, nos diferentes *Campi* e nos diferentes cursos ofertados, como por exemplo, na fala de um trabalhador da construção civil que diz: “meu filho tem aula de filosofia, já viu filho de pedreiro filosofar!” ou ainda, no relato de uma senhora, catadora de materiais recicláveis, que ao ser abordada por uma professora responde: “mas essa escola chique é pra mim também?”. Em um Campus, o curso ofertado conseguiu promover a garantia dos direitos de uma comunidade que nem sabia que poderia se mobilizar e em outro Campus uma estudante do ensino médio integrado afirma: “provavelmente se eu não tivesse vindo pro Ife, eu já teria 2 ou 3 filhos como a minha vizinha tem...”

Portanto, pode-se concluir que esta reflexão buscou diagnosticar e discutir o perfil dos estudantes do IFPR, permanecendo o desafio de analisar como a perspectiva de inclusão presente nos processos de ingresso continua (ou não) ao longo da trajetória do estudante na instituição tanto em termos de permanência quanto em termos de êxito vinculados a sua inserção social, seja no trabalho, seja no ensino superior ou em outro tipo de formação desejada.

Cabe lembrar que esse processo de inclusão evidenciado nos dados apresentados precisa de acompanhamento face ao novo ordenamento financeiro a que estão sendo submetidas as instituições e principalmente a educação Profissional. Confirmando-se essa tendência, todas essas mudanças nos fazem pensar que estamos perdendo o pouco de inclusão que conseguimos.

REFERÊNCIAS

Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v.3, n.3, 41, 2018.

ARAUJO, R.M. deL; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723> Vários acessos

FERRETTI, C. J.. Problemas Institucionais e Pedagógicos na Implantação de Reforma Curricular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFSP. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 789-806, 2011.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. *Edital n. 6* de 1 de outubro de 2012. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/10/Edital-06-2012-01_10.pdf>. Acesso em 27.jun.2017.

_____. **Processo Seletivo IFPR 2015**: 80% de vagas inclusivas. 2014a. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/?p=75875>>. Acesso em 28.jun.2017.

_____. **Edital n. 5 de 17 de setembro de 2014**. 2014b. Disponível em: <http://fauel.org.br/edital_05_2014_processo_seletivo_ifpr_2015_tecnico_medio.pdf>. Acesso em: 27.jun.2017.

_____. **Edital n. 21 de 9 de setembro de 2015**. 2015. Disponível em <<http://vestibular.funtefpr.org.br/index.php?componente=Vestibulares&acao=LoadEdital&ID=7>>. Acesso em 28.jun.2017.

_____. **Edital n. 19, de 5 de setembro de 2016**. 2016. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/EDITAL-19.2016_M%C3%89DIO_2017.pdf>. Acesso em 28.jun.2017.

_____. **Info**: portal de informações do IFPR; Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=alunos>>. Acesso em: 27.jun.2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v.3, n.3, 41, 2018.

73302007000300024&lng=pt&nrm=iso>. Vários acessos.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf (2019) Vários acessos.

NEVES, L. M. W. “A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia”. In: NEVES, L. M. W. (Org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo, S.P: Xamã, 2005, p. 85-126.

OTRANTO, C. R. “Desvendando a Política de Educação Superior do Governo Lula”. In: **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES-SN, Ano XVI, nº 38, jun. 2006, p. 18-29.

OTRANTO, Celia Regina.. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas** (RETTA), v. 1, p. 89-110, 2010

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.